



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 33/2017

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Processo nº 23205.003284/2017-41

1 DO OBJETO

1.1 Selecionar propostas para **REGISTRO DE PREÇOS**, visando a contratação de empresa para prestação de serviço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para fins de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde (RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004), de resíduos químicos perigosos (NBR 10.004) e de lâmpadas (fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres) danificadas ou queimadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL -PR					
1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde que constam na RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004.	Kg	110	R\$ 5,44	R\$ 598,40
2	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos perigosos, conforme NBR 10004.	Kg	740	R\$ 6,33	R\$ 4.684,20
3	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres danificadas ou queimadas consideradas perigosas, conforme NBR 10004.	Unidade	116	R\$ 1,64	R\$ 190,24
CAMPUS REALEZA-PR					
4	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde que constam na RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004.	Kg	18.300	R\$ 5,44	R\$ 99.552,00
5	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos perigosos, conforme NBR 10004.	Kg	400	R\$ 6,33	R\$ 2.532,00
6	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres danificadas ou queimadas consideradas perigosas, conforme NBR 10004.	Unidade	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

CAMPUS CHAPECÓ-SC					
7	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde que constam na RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004.	Kg	965	R\$ 6,05	R\$ 5.838,25
8	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres danificadas ou queimadas consideradas perigosas, conforme NBR 10004.	Unidade	680	R\$ 1,64	R\$ 1.115,20
CAMPUS CERRO LARGO -RS					
9	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde que constam na RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004.	Kg	400	R\$ 6,05	R\$ 2.420,00
10	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos perigosos, conforme NBR 10004.	Kg	1.550	R\$ 6,21	R\$ 9.625,50
11	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres danificadas ou queimadas consideradas perigosas, conforme NBR 10004.	Unidade	150	R\$ 1,74	R\$ 261,00
CAMPUS ERECHIM -RS					
12	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde que constam na RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004.	Kg	50	R\$ 6,05	R\$ 302,50
13	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos perigosos, conforme NBR 10004.	Kg	830	R\$ 6,21	R\$ 5.154,30
14	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres danificadas ou queimadas consideradas perigosas, conforme NBR 10004.	Unidade	500	R\$ 1,64	R\$ 820,00
CAMPUS PASSO FUNDO -RS					
15	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde que constam na RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004.	Kg	1.800	R\$ 6,05	R\$ 10.890,00
16	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres danificadas ou queimadas consideradas perigosas, conforme NBR 10004.	Unidade	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 144.639,59	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

1.1.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelos requisitantes do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.1.2. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços.

1.2 Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.2.1 Da Pesquisa de Preços:

1.2.1.1 A pesquisa de preços dos serviços objeto deste Termo de Referência, foi realizada pelo requisitante do objeto e o responsável pela Pesquisa declara que foram atendidos os requisitos e parâmetros da Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Consolidada).

1.2.2 Dos Valores:

1.2.2.1 Os valores utilizados como referencial de preço máximo global nesta licitação, foram definidos pelos requisitantes aplicando-se a média dos preços por eles pesquisados para cada item deste processo licitatório.

1.2.2.2 O valor total estimado pelo requisitante para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 144.639,59 (Cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, distribuído da seguinte forma:

Grupo	Descrição	Itens	Total estimado (R\$)
	Itens Individuais	1-16	144.639,59
Total (R\$)			144.639,59

1.3. Dos Critérios de Sustentabilidade

1.3.1. Dos Critérios de Sustentabilidade, **no que couber**, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

1.3.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

1.3.1.2. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

1.3.1.3. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

1.3.1.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

- 1.3.1.5.** Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- 1.3.1.6.** Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 1.3.1.7.** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;
- 1.3.1.8.** Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- 1.3.1.9.** Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada;
- 1.3.1.10.** Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber.
- 1.3.2.** São ainda de extrema relevância os critérios ambientais referentes a conformidade com a Resolução nº 237/97 do CONAMA, atendimento as Resoluções nº 420/04, 3665/11 e 3886/12 definidas pela ANTT, identificação do veículo com devido rótulo de risco, fornecimento dos recipientes de acondicionamento dos resíduos em conformidade com as NBRs 7500, 9191 e 13853 da ABNT, fornecimento de EPI para os funcionários da Contratada e comprovação por meio de certificação de órgãos ambientais em relação ao adequado transporte e destinação final dos **resíduos, para que a Universidade atenda a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS/2011).**
- 1.3.3.** Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

1.3.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

As justificativas e objetivo para a serviços dos itens deste Termo de Referência foram apresentadas pelos requisitantes do objeto:

2.1. Da Justificativa do objeto

2.1.1. *Os laboratórios da UFFS geram diferentes resíduos na instituição, entre os quais resíduos perigosos, químicos e infectantes. Estes resíduos necessitam de tratamento e disposição final adequados. Como a UFFS não possui capacidade técnica de tratamento e destinação final, se faz necessária a contratação de empresa terceirizada para este fim. Desta forma, a universidade atende à legislação e evita danos à saúde das pessoas e ao meio ambiente. A não execução destes serviços pode inviabilizar as aulas práticas dos laboratórios pela falta de destinação correta.*

2.1.2. A contratação de uma empresa para coleta, tratamento e destinação de resíduos perigosos se faz necessária devido à responsabilidade que universidade tem frente a gestão destas substâncias. Conforme a Lei 12.305 de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos) a instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos. Esses resíduos são tóxicos, corrosivos, infectantes, enfim, resíduos que podem causar danos à saúde das pessoas e danos ao meio ambiente. Como a UFFS não possui sistema de tratamento de resíduos (incineração, autoclavação, por exemplo), nem sistema de aterro adequado, assim necessita contratar empresas que *atendam a estas demandas e estejam ambientalmente licenciadas para executar tais serviços*.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como serviço comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 7.892/2013, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitantes, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. O uso do Sistema de Registro de Preços foi justificado pelo requisitante, em razão de que trata-se de um serviço constante, onde os resíduos são gerados com frequência nos laboratórios, ambulatórios e hospital veterinário da instituição. A unidade de medida é em KG/Unidade sendo que os empenhos serão efetuados por KG/Unidade completado de resíduo. Embora haja uma previsão de geração não é possível prever os dias de coleta e os quantitativos a serem gerados por coleta.

3.4.1. Por essas considerações adota-se o registro de preços considerando a *“necessidade de contratações frequentes e pela impossibilidade de se poder definir previamente o quantitativo a ser demandado por esta Universidade, conforme disposto, respectivamente, no Art. 3º, Incisos I e IV do Decreto Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.*

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante Nota de Empenho, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação do recebimento pela empresa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

4.2. A solicitação dos serviços começará partir da assinatura dos contratos, através de chamado ou agendamento, que serão prestados de acordo com a demanda dos *campi* em um intervalo de tempo de no mínimo 15 dias entre uma coleta e outra. Em casos extraordinários, que necessitam de coleta urgente (por exemplo, resíduos hospitalares), poderá ocorrer em intervalos de tempo menores que 15 dias entre uma coleta e outra. A solicitação dos serviços será por chamado e agendamento.

4.3. Os serviços de coleta serão realizados em todos os campi da UFFS:

4.3.1. Campus Chapecó/SC: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Telefone (49) 2049 2600;

4.3.2. Campus Cerro Largo/RS: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1.580, São Pedro, CEP 97900-000, Telefone (55) 3359 3950;

4.3.3. Campus Erechim/RS: ERS 135 - Km 72, 200, Caixa Postal 764, CEP 99700-970, Telefone (54) 3321 7050;

4.3.4. Campus Laranjeiras do Sul/PR: Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85301-970, Telefone (42) 3635 0000;

4.3.5. Campus Realeza/PR: Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Acesso Rodovia PR 182, Km 466, Cx Postal 253, CEP 85770-000, Telefone (46) 3543 8300;

4.3.6. Campus Passo Fundo/RS: Rodovia RS 153 - Km 03, Seminário, Nossa Senhora Aparecida, Jardim América, CEP 99034-600, Telefone (54) 3335 8515.

4.4. A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda dos serviços tem como base as seguintes características:

a) Os quantitativos calculados estão baseados no histórico de geração de cada campus, sendo que a solicitação dos serviços se dará mediante a necessidade da instituição, o que analisa, para tanto, capacidade de armazenamento, tempo de coleta, e segurança ambiental.

b) Conforme a Lei 12.305 de 2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos) a instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos. Esses resíduos são tóxicos, corrosivos, infectantes, enfim, resíduos que podem causar danos à saúde das pessoas e danos ao meio ambiente. Como a UFFS não possui sistema de tratamento de resíduos (incineração, autoclavação,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

por exemplo), nem sistema de aterro adequado, assim, necessita contratar empresas que atendam a estas demandas e estejam ambientalmente licenciadas para executar tais serviços.

c) É necessário que o licitante conheça as instalações onde será executado o serviço, para correto dimensionamento de sua proposta, comprovado através Atestado de Visita do responsável técnico da empresa vistoriou, ou declaração que a licitante tomou conhecimento das condições físicas e eventuais obstáculos à execução dos serviços em cada campus.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) Atendimento integral das exigências do Edital;
- b) Qualidade dos serviços prestados;
- c) Pontualidade na execução dos serviços.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades adequadas, promovendo sua substituição quando necessário.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Serviço acompanhada da Nota de Empenho, de acordo com os prazos estabelecidos no **item 4.2.**, deste Termo de Referência.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. Para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, repurar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DA VISTORIA

9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente através do contato: Departamento de Gestão Ambiental, situado na Av. Fernando Machado, 108, Unidade Bom Pastor, Centro- Chapecó-SC, CEP 89802-112, telefone (49) 2049-3167

9.2. Deverá ser firmada pela empresa licitante, no momento da habilitação, declaração que vistoriou os locais onde serão prestados os serviços informados no item **1.1.**, conforme modelo ofertado no **"Encarte B"** ou de que tem pleno conhecimento de todos os elementos necessários ao cumprimento da obrigação do objeto da licitação.

9.3. Em nenhuma hipótese o licitante poderá alegar desconhecimento das condições existentes para a elaboração da Proposta e cumprimento das obrigações decorrentes.

9.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.5. Para a vistoria, o licitante ou seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto, em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e EPC's necessários para a coleta e demais procedimentos, como por exemplo, óculos de proteção, luvas, máscaras, botas, uniformes e identificação dos funcionários.

11.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

11.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

11.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.16. Fornecer, em comodato, bombonas, tonéis, caixa ou outros tipos de recipientes para o acondicionamento dos resíduos, conforme necessidade dos setores. Os recipientes devem atender à legislação vigente, por exemplo, questões de identificação adequada, ser seguros de modo a evitar derramamento, vazamentos, incompatibilidade química ou demais acidentes (Resolução 306/ANVISA/2014);

11.17. Disponibilizar/possuir mangueiras de grosso calibre e, caso necessário, bomba de sucção, para a retirada de material líquido de tanques de até 1.500 litros de conteúdo;

11.18. Atender às normativas e legislações vinculadas à coleta, transporte, tratamento e a destinação final dos resíduos químicos e de saúde. São exemplos, quando cabíveis, as NBR's 7.500, 7.501, 7.503, 9.735, 10.004, 11.175, 12.810, 13.221, 14.619, 14.652, 14.725; Resoluções do CONAMA, nº 23 de 12 de dezembro de 1996, nº 237 de 22 de dezembro de 1997, nº 275 de 25 de abril de 2001, nº 316 de 29 de outubro de 2002, nº 357 de 17 de março de 2005, nº 362 de 23 de junho de 2005, nº 382 de 26 de dezembro de 2006, nº 430 de 13 de maio de 2011, nº 436 de 22 de dezembro de 2011, nº 264 de 26 de agosto de 1999, nº 358 de 29 de Abril de 2005; Resolução da ANVISA RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004; Resoluções da ANTT, nº 420 de 12 de fevereiro de 2004, nº 1644 de 26 de setembro de 2006, nº 3665 de 04 de maio de 2011, nº 3762 de 26 de janeiro de 2012, nº 5232 de 14 de dezembro de 2016; Portaria 242/FATMA/2014; Portaria 1274 do Ministério da Justiça de 25 de agosto de 2003 e Lei Federal 10.357 de 27 de dezembro de 2001;

11.19. Como condição para a assinatura do Contrato, a Licitante vencedora deverá comprovar que possui Seguro Ambiental sobre o transporte através de apresentação da apólice do mesmo;

11.20. Dispor de processo de rastreabilidade das fases dos serviços executados, coleta, transporte tratamento e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

disposição final;

11.21. Disponibilizar balança aferida para a pesagem dos resíduos;

11.22. Coletar todos os resíduos gerados do item na qual sagrou-se vencedora. Cabendo ao responsável técnico da contratada gerenciar os diferentes resíduos coletados na universidade de forma a promover o correto tratamento e destinação final dos mesmos;

11.23. Fornecer o laudo ou certificado de destinação final ambientalmente adequado para os resíduos coletados;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **33,34%** (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

12.1.2. A licitante poderá subcontratar os serviços de tratamento e disposição final.

12.2. Em relação a eventual subcontratação de terceiro, a Contratada deverá informar, previamente, a relação de empresas subcontratadas e assumir a responsabilidade pelas ações por estas realizadas, com níveis de qualidade compatíveis com os serviços contratados.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. A subcontratação depende da autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista necessários à execução do objeto.

12.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

14.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

8.666, de 1993.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período e deverá obedecer ao disposto no caput do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993. De acordo com o inciso II do artigo 57 da referida lei, o contrato poderá ser prorrogado, no interesse da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, considerando a essencialidade do serviço, visto que a inexistência destes serviços podem ocasionar comprometimento no desenvolvimento de atividades da Instituição. Neste sentido, faz-se importante transcrever os ensinamentos de Marçal Justen Filho acerca dos serviços caracterizados como de natureza continuada, *in verbis*:

A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o disposto abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. (grifo nosso)

Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com as atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). O que é fundamental é necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. P. 726).

15.2. Ademais, a necessidade da contratação em caráter contínuo encontra-se disposta na PORTARIA Nº 1.4787, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014, da SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *in verbis*:

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, contida no manual “Licitações e Contratos, Orientações Básicas” - 3ª Edição, para que o órgão ou entidade estabeleça em processo próprio quais são seus serviços contínuos; (...)

III - acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de saúde - RSS (lixo hospitalar);

15.3. Desta forma, no entendimento desta Administração, o serviço objeto desta solicitação caracteriza-se como continuado, tendo em vista sua essencialidade para a manutenção contínua da Instituição, portanto, passível de prorrogação conforme previsão legal estabelecida no Art. 57, II, da Lei 8.666/1993, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para Administração.

15.4. A execução do contrato inicia-se com a emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. Fica estabelecido para efeitos de cálculo de atualização financeira o índice - **IPCA (IBGE)**, e revisto a cada 12 (meses) a partir da data de assinatura do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.4.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento com ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de fase de lances.

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.1.6. não mantiver a proposta;

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

16.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

16.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei 9.784, de 1999.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes encartes:

17.1.1. ENCARTE A – Modelo para apresentação de proposta;

17.1.2. ENCARTE B – Modelo de Vistoria

17.1.3. ENCARTE C - Modelo de Ordem de Serviço

Chapecó/SC, 23 de Novembro de 2017.

GRASIELA DYEVIESKI

Chefe do Departamento de Compras

Eu, **PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando Contratação de empresa para prestação de serviço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para fins de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde (RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004), de resíduos químicos perigosos (NBR 10.004) e de lâmpadas (fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres) danificadas ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

queimadas, pelo Sistema de **Registro de Preços**, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 23 de Novembro de 2017.

PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura
Ordenador de Despesas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”
MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO Nº 23205.003284/2017-41
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 33/2017

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Responsável pela proposta:

RG:

CPF:

Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL R\$					

Data: ____/____/____

Assinatura/Carimbo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

ENCARTE “B”
MODELO DO TERMO DE VISTORIA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2017

D E C L A R A Ç Ã O

_____(nome da empresa)_____, CNPJ nº_____, sediada _____
(endereço)_____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do **Pregão Eletrônico (SRP) nº 33/2017, DECLARA** expressamente que:

Vistoriou o imóvel situado na _____ em _____, onde serão prestados os serviços de serviço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para fins de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde (RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004), de resíduos químicos perigosos (NBR 10.004) e de lâmpadas (fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres) danificadas ou queimadas, estando ciente das condições e do grau de dificuldade existentes, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos de orçamento e elaboração das propostas.

Local, _____ de _____ de 2017.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Ou

Eu (Nome do representante/Vistoriador), declaro que conheço o local onde serão prestados os serviços de serviço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para fins de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde (RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004), de resíduos químicos perigosos (NBR 10.004) e de lâmpadas (fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres) danificadas ou queimadas do Campus xxxxxxx da UFFS, na cidade de xxxx e tenho conhecimento de todas as informações necessárias para subsidiar a formulação da proposta apresentada.

Local, _____ de _____ de 2017.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

ENCARTE “C”
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO
REF. PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 33/2017

REQUISIÇÃO Nº	DEPARTAMENTO SOLICITANTE	DATA /HORA
		XX/XX/XXXX às 00:00 horas

NOME DO FISCAL	SIAPÉ	TELEFONE DE CONTATO
		XX/XX/XXXX às 00:00 horas

DADOS DO CONTRATO			
EMPRESA:		CNPJ:	
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:			
PRAZO DE EXECUÇÃO			
Data de início:		Data de término:	
SERVIÇOS/PRODUTOS EXIGIDOS			
Item	Descrição do serviço/produto	Data de Conclusão	Horas
1.			
2.			
Total			

XXXXXXXX, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Nome do Usuário/Fiscal

Autorizador da prestação do serviço/(NOME/SIAPE)